

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • janeiro de 2019

ANO DE CONQUISTAS



Palavra do presidente

Vivemos em 2018 mais um ano histórico na nossa Confederação. Além de todas as batalhas travadas em nome de melhores condições de operação para os Municípios brasileiros – detalhadas nas páginas desta edição do nosso boletim –, administramos a tarefa de participar de uma empreitada gigantesca: dar continuidade ao trabalho de Paulo Ziulkoski à frente da Confederação, o que não é pouca coisa.

Não está sendo fácil, mas chegamos à primeira virada de ano da gestão 2018-2021 já com resultados alcançados, orgulhosos pelas parcerias que fechamos e otimistas com as possibilidades que estão se abrindo para o alcance das principais pautas do municipalismo. Com o apoio dos líderes municipalistas e o respaldo técnico da nossa equipe, estamos levando adiante a nossa pauta, sempre com o intuito de qualificar os governos locais e capacitar os gestores municipais para gerirem políticas públicas que qualifiquem a vida das nossas populações.

É muito bom saber que não estamos sozinhos. O Conselho Político da nossa entidade, constituído pelos presidentes das entidades estaduais e pelo Movimento Mulheres Municipalistas, foi fundamental para compartilhar decisões estratégicas e refletir sobre quais seriam os caminhos pertinentes. Quem participa do nosso Movimento sabe que crescemos justamente quando conseguimos pensar e agir de forma coletiva, aproveitando a força que surge da nossa união. Foi agindo assim que acumulamos vitórias ao

longo do ano de 2018 e acumulamos energia para seguir avançando nos desafios que ainda virão.

Esta força que nos abastece é gerada de forma capilarizada. As associações estaduais e microrregionais têm estado ao lado da CNM, fortalecendo a nossa luta, a partir de uma visão representativa da realidade do país. O papel delas é indispensável para que consigamos traduzir as necessidades dos Entes que representamos. Neste contexto, prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos, vice-prefeitas, vereadores e vereadoras formam a base desse verdadeiro time de defesa dos pleitos municipais.

Em 2019, daremos prosseguimento, com a necessidade adicional de aprendermos a nos relacionar com os novos governos eleitos em 2018. Temos muitas expectativas, da mesma forma que a população brasileira. Desejamos, por exemplo, que a proposta de discutir o pacto que rege as relações federativas realmente saia dos discursos e entre de verdade nas pautas prioritárias do país. Estamos otimistas com os primeiros sinais emitidos, sobretudo pelo governo federal, de que a ideia de fortalecer a gestão local possa deixar o mundo dos planos de governo e virar realidade.

Glademir Aroldi
Presidente da CNMz



Família Municipalista

Visita de gestores à sede da CNM

 Prefeita de Vigia de Nazaré CAMILA DE VASCONCELOS	 Prefeita de São João de Iracema/SP LUCIANA DIAS	 Prefeito de Santo Amaro/SE GENIVALDO DOS ANJOS	 Prefeito de Redenção/CE DAVID BENEVIDES	 Prefeito de Prata/PB JÚNIOR NÓBREGA	 Prefeito de Planalto da Serra/MT DENIO PEIXOTO
 Prefeito de Marum/SE JEFFERSON DOS SANTOS	 Prefeito de Lagoa Nova/RN LUCIANO SANTOS	 Prefeito de Padre Carvalho/MG JOSÉ NILSON BISPO DOS SANTOS	 Prefeito de Grajaú/MA MERCIEL ARRUDA	 Prefeito de Davinópolis/MA JOSÉ RUBEN	 Prefeito de Concão-Açu/MA DIVINO LIMA
 Prefeito de Campo Novo do Parecis/MT RAFAEL MACHADO	 Prefeito de Camacho/MG BRUNO LAMOUNIER FURTADO	 Prefeito de Cacimbas/PB GERALDO DA SILVA	 Prefeito de Benedito Novo/SC JEAN MICHEL GLUNDMANN	 Prefeita de Belém/AL PAULA SANTA	 Prefeito de Amparo de São Francisco/SE FRANKLIN RAMIRES
 Prefeito de Alagoinha/PE WILAS LEAL	 Prefeito de Missão Velha/CE —	 Prefeito de Tavares/RS GARDEL ARAÚJO	 Prefeito de Mostardas/RS MOISÉS PEDONE	 Visite o lounge municipalista na sede da CNM, em Brasília/DF Computador, wi-fi, café, salas de reuniões e escritórios completos para seu Município.	

 Entrevista

Precisamos corrigir o desequilíbrio em nossa Federação, afirma Aroldi

“No decorrer dos anos, os Estados e a União se afastaram dos serviços à população e transferiram novas responsabilidades para os Municípios. Precisamos urgentemente corrigir esse desequilíbrio em nossa Federação”. A afirmação é do presidente da Confederação, Glademir Aroldi, entrevistado do mês de janeiro do Boletim CNM.

Aroldi falou sobre os desafios enfrentados pelos Municípios e as expectativas do movimento diante de um novo governo e de um Congresso Nacional renovado. “Esperamos fortalecer ainda mais o espaço que criamos de diálogo junto a autoridades dos Três Poderes. Não há outro caminho para a construção de melhores condições às populações de nossos Municípios”, aponta. Veja a entrevista completa.

O que o senhor elenca como principal desafio enfrentado pelos gestores locais?

Glademir Aroldi – No decorrer dos anos, os Estados e a União se afastaram dos serviços à população e transferiram novas responsabilidades para os Municípios. Precisamos urgentemente corrigir esse desequilíbrio em nossa Federação. Todo ano a gente briga por uma participação maior a fim de fazer frente a todas essas atribuições. Até quando precisamos implorar por algo que é de direito? Os Municípios teriam de ter em torno de 24% de participação no bolo tributário para conseguirem responder às responsabilidades que lhe foram repassadas.

Quais são esses gargalos?

Glademir Aroldi – A União criou ao longo dos anos centenas de programas federais, sendo todos subfinanciados. Como exemplo, podemos citar o Estratégia Saúde da Família. O custo de cada equipe varia entre R\$ 45 mil e R\$ 50 mil por mês. O governo repassa R\$ 10 mil

por mês para Municípios de até 30 mil habitantes e R\$ 7.000 para Municípios acima de 30 mil habitantes. Desde 1994, quando esse programa foi criado, os valores nunca foram atualizados, mas os custos cresceram muito. Os salários aumentam todos os anos. Então, o Município precisa tirar do seu orçamento essa contrapartida. A União coloca à disposição mais de 390 programas, e quando o Município adere ao programa, ele tem de contratar pessoas. Em outro programa, o da Merenda Escolar, para receber o valor que a União coloca à disposição, você precisa contratar uma nutricionista para atender ao programa. Em Municípios pequenos, o valor que a União repassa não cobre o salário da nutricionista. É por isso que nosso gasto com pessoal tem aumentado nos últimos anos.

Qual a expectativa dos Municípios em relação ao ano de 2019, em que teremos um novo governo e um Congresso Nacional com grande renovação?

Glademir Aroldi – Menos poder central e mais poder local. Precisamos fortalecer o poder

municipal. A expectativa é muito boa. Esperamos fortalecer ainda mais o espaço que criamos de diálogo junto a autoridades dos Três Poderes. Não há outro caminho para a construção de melhores condições às populações de nossos Municípios. Acreditamos também que teremos um clima favorável para investimentos no país. E isso é fundamental para que possamos aumentar nosso Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, temos convicção de que conseguiremos avançar na questão da regulamentação do pacto federativo, a nossa mais importante bandeira. Nós brigamos por uma participação maior no bolo tributário. Os Municípios participam com apenas 19%, enquanto Estados têm 31% e União 50%. E é isso que precisa ser discutido. Precisamos fortalecer o espaço para a gente dialogar e apresentar as nossas dificuldades.

O que o movimento deve levar a essa nova gestão como maior desafio?

Glademir Aroldi – Nós viemos para lutar por várias proposições. Uma dessas é a forma de transferências de recursos aos Municípios. As emendas parlamentares, por exemplo, levam, em média, meses para serem repassadas. Defendemos a transferência fundo a fundo. Não há casos de corrupção envolvendo o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), por exemplo. Além de desburocratizar, o governo precisa nos apoiar na orientação aos Municípios e, principalmente, na qualificação dos servidores que estão nessas localidades, atuando na transferência de fundo a fundo. Hoje, cada Ministério possui uma regra. Nós propomos uma plataforma nacional de transferências. A ideia é que o governo possa realizar o rastreamento do valor que é transferido. Nós precisamos de um sistema único.



Planejamento Urbano

Minha Casa, Minha Vida: estudo revela distorções no Programa

Cerca de 58% dos recursos do Ministério das Cidades estão alocados no Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que concentra grande parte dos subsídios nas capitais. Os dados constam de estudo inédito elaborado pela CNM e divulgado em dezembro. A entidade analisou a execução orçamentária do programa no período de 2009 a 2017, bem como a execução das contratações de unidades habitacionais nas várias modalidades urbana e rural entre 2009 e 2018.

O estudo aponta para o volume de obras paralisadas na área rural e a inoperância do Programa Municípios que possuem população de até 50 mil habitantes. O Programa apresenta sérias dificuldades de operacionalização em mais de 80% dos Municípios brasileiros. Desde o ano de 2013 apenas 4 Municípios com população abaixo de 50 mil habitantes contrataram pelo FAR.

Além disso, apontou-se que apenas 68% do total empenhado para o Programa foi pago na modalidade do programa que opera em área urbana. Na modalidade que atende aos Municípios com população de até 50 mil habitantes, 75,9% do total pago no período de 2009 a 2017 foi para a região Sudeste, 12,8% para o Nordeste e 11,2% para o Sul. Não foram realizados pagamentos para as regiões Norte e Centro-Oeste.

Contratações

Na modalidade Faixa 1, em 2013 houve o maior pico de contratações, atingindo 537 mil unidades contratadas. A partir do ano de 2014, houve uma queda impactante das contratações. Em 2015, houve uma queda de 92% no ritmo de contratações de moradia na Faixa 1 do Programa, quando comparado ao ano anterior.

O ano de 2015 chama a atenção por se apresentar como um ano crítico do Programa, em que

apenas 16 mil unidades na Faixa 1 foram contratadas. A partir daí, há uma queda no volume de contratações e, desde então, pode-se afirmar que o PMCMV apresenta um ritmo lento em viabilizar a contratação de novos empreendimentos na Faixa 1.

As contratações das ofertas de 2009 e 2012, para atendimento dos pequenos Municípios equivale a 69 mil e 97 mil unidades. Atualmente, há cerca de 61 mil unidades habitacionais em construção. A região Nordeste responde por 55,75% das unidades contratadas nesta modalidade e 56,06% de unidades entregues. A região Sudeste responde por 12,54% de contratações e 15,28% de entregas.

Entregas

De 2009 a 2018, foram contratadas 5,3 milhões de unidades, mas houve a entrega de apenas 3,9 milhões. Desse total, cabe destacar que, no que se refere à faixa 1 – uma das principais demandas de prefeituras e também onde está concentrado o déficit habitacional – foram contratadas 1,8 milhão de unidades e entregues 1,3 milhão.

Área Rural

Até 2018 foram contratadas 219 mil unidades e entregues 175 mil unidades. Em 2017, não houve nenhuma contratação de moradia rural nas regiões Norte, Sudeste e Sul; apenas a região Nordeste e a Centro-Oeste contrataram, respectivamente, 12 unidades e 30 unidades. Já no ano de 2018, com a abertura de um processo de seleção para esta modalidade, nota-se um maior volume de contratações se comparado ao ano de 2017, o ano mais crítico da modalidade rural. A modalidade rural (PNHR) do Programa responde por 66% das obras paralisadas, seguida de 25% da modalidade FAR, que opera na Faixa 1 do Programa em área urbana, seguida da modalidade

entidades em área urbana, a qual corresponde por 9% das obras.

Pauta municipalista

A CNM destaca a necessidade de ter a continuidade de investimentos em programas de moradia, mas alerta para urgência de dar protagonismos aos pequenos Municípios nas políticas habitacionais. Para a entidade, é necessário o fortalecimento de linhas e programas específicos para atender à demanda habitacionais rural e urbana dos pequenos Municípios, bem como a revisão da legislação urbana e a realização de força-tarefa para retomada de obras paralisadas.;

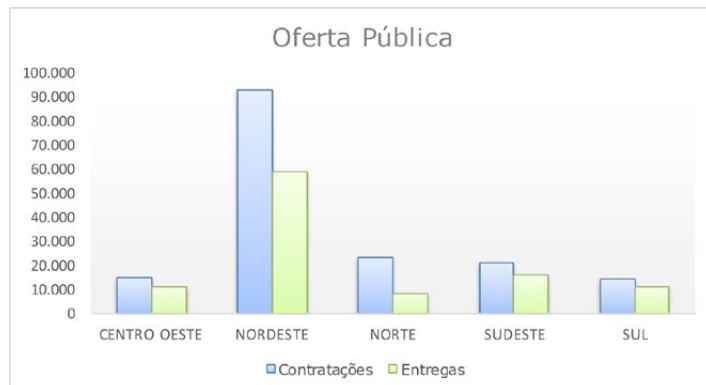
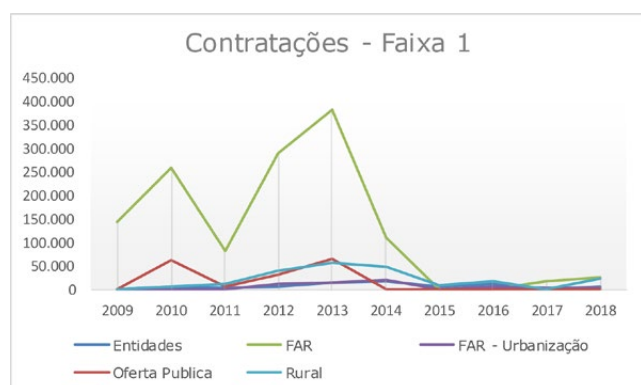
Entenda as faixas

Área urbana

- Famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil enquadradas na Faixa 1 podem ser atendidas pelas modalidades MCMV-FAR Faixa 1, Oferta Pública e MCMV Entidades.
- Famílias com renda de até R\$ 9 mil podem ser atendidas apenas pela modalidade MCMV Financiamento, dividida em Faixa 1½, Faixa 2 ou Faixa 3.

Área rural

- Atende aos trabalhadores rurais e agricultores familiares com renda bruta de até R\$ 78 mil para subsidiar a reforma ou a produção de imóveis em área rural.



Artigo

Por uma mudança real e urgente

O Brasil constituiu-se como Estado Unitário durante o Império e, com a proclamação da República, o Federalismo foi instituído por Decreto – o de nº 1 –, datado de 15 de novembro de 1889, o qual assim determinava: “Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais”.

Segundo Bercovici, “o federalismo da Constituição de 1891, moldado no federalismo dualista clássico, praticamente ignorou a cooperação entre União e entes federados” (BERCOVICI, 2004, p. 31).

O Federalismo dual clássico estabelece a total separação das competências entre a União e os Estados federados; normalmente a Constituição rege as competências da União, deixando aos Estados tudo o que não está sob a responsabilidade desta. Essa competência é conhecida como residual. O Federalismo cooperativo estabelece uma relação de interdependência entre os Estados, pois há um objetivo maior a ser alcançado por todos, ou vários, como no caso da superação de dificuldades comuns ou únicas que afetam o todo.

A cooperação na Federação brasileira se revela na relação de responsabilidades alinhadas no art. 23 da Constituição, que obriga a atuação e a responsabilização conjunta das diversas esferas na consecução de obrigações indispensáveis “ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”, como expressa o parágrafo único do citado artigo. Esse mesmo parágrafo prevê que Leis Complementares “fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”, o que em 30 anos não foi ainda efetivado.

Além disso, aproveitando esse mandamento institucional, a União é pródiga em produzir programas para que os Entes federados executem, esquecendo que, para cumprir essas obrigações, os demais precisam receber recursos financeiros para fazer frente às demandas delas decorrentes.

Da mesma forma, ela ignora que na Federação os Entes são autônomos entre si, razão pela qual devem ser respeitados, estabelecendo regras de convivência capazes de atender às expectativas dos partícipes, sem imposição, ordenamentos inúteis e cobranças desproporcionais, agindo como se ambos não estivessem imbuídos dos mesmos propósitos.

Indiscutivelmente o desrespeito aos demais Entes federados é o fator de desagregação que pressiona negativamente o Estado Federal brasileiro.

A existência de inúmeras competências comuns de impacto direto na população e a concentração da arrecadação no governo federal – que, ao devolver recursos aos Entes federados, o faz em partículas irrisórias, impactando negativamente os governos dos Estados e dos Municípios, favorecendo o endividamento destes e o seu enfraquecimento – são o instrumento que impulsiona o déficit público, a desorganização do Estado e a ruptura do pacto federativo, que na realidade brasileira nunca foi concretizado.

Esta cooperação não regulamentada acaba por atingir plenamente a autonomia dos Entes federados, pois suas receitas e sua organização administrativa vergam-se diante das urgências no atendimento das necessidades básicas da população.

A regulamentação do art. 23 é urgente, pois há obrigações que precisam ser assumidas claramente pelos Entes e que, por força da inexistência de compromissamento expresse, acabam sem o devido atendimento. E, dessa forma, a população somente consegue fazer jus ao usufruto do benefício acionando o Poder Judiciário, que também não realiza a redistribuição, normalmente decide pela responsabilização do Ente mais próximo do reclamante, sem verificar a existência ou não de meios capazes de atender ao compromisso. São muitas as responsabilidades e praticamente nada está regulamentado.

As críticas às competências concorrentes e comuns expressas na Constituição são bastante significativas e há avaliações muito rigorosas a esta realidade, com o entendimento de que seriam fundamentais uma clareza maior e uma inevitável descentralização a Estados e Municípios. Até certo ponto, o legislador está realizando essas correções, como no caso da regulamentação da educação.

Tal inexistência de foco por parte do governo federal sobrecarregou as administrações locais, desorganizou as finanças públicas, gerando déficit, endividou os Estados e alguns Municípios, ao ponto de estarmos na atualidade com Estados totalmente inviabilizados e alguns Municípios também, embora estes com índices de endividamento ainda viáveis.

A Federação brasileira vive uma crise fiscal mais profunda a cada ano, pois nada é feito

no sentido de superá-la; ao contrário, o governo federal a cada período administrativo concentra mais receitas, amplia o endividamento e deixa a descoberto o atendimento das políticas públicas que por ele deveriam ser coordenadas para que as desigualdades possam ser amenizadas. Os demais Entes assistem impotentes ao aumento de suas deficiências e à incapacidade de superá-las.

Com certeza, o pacto federativo brasileiro clama por um reordenamento e por efetividade no cumprimento de obrigações eficientemente partilhadas e acompanhadas de repartição de receitas equivalentes aos seus impactos.

Os desafios a serem enfrentados são grandiosos. Não contamos com uma coordenação política que projete o Estado brasileiro para o futuro. Vivemos de políticas de momento que, por total ineficiência no planejamento, não nos permitem aproveitar – como fizeram outros países emergentes – as ondas desenvolvimentistas e alçar outros patamares de progresso econômico e consequentemente social.

A Federação brasileira está doente. Não só porque os princípios fundamentais da administração pública são permanentemente desconsiderados e porque a corrupção corrói todas as estruturas das nossas instituições, mas principalmente porque a quem compete organizar o Estado Federal e coordenar as políticas de superação das nossas vulnerabilidades não o faz e, na ausência da União, caminham os demais Entes em um “salve-se quem puder” desestabilizador, proliferando a guerra fiscal, o caos administrativo, o desperdício de recursos pelo investimento repetitivo de vários órgãos em um mesmo programa e pelo descuido extremo com o povo e seu destino.

Não há como superar as desigualdades enquanto os governos olharem mais para si do que para a Nação; também não se erradicará a pobreza sem melhorar as condições de saúde e educação. Não serão efetivas as políticas públicas enquanto a União concentrar consigo aproximadamente 60% das receitas originárias de impostos e contribuições.

Não há como fazer valer o Estado federado e efetivar um pacto federativo justo sem uma mudança radical e urgente.

Elena Garrido – OAB/RS nº 10.362 – Advogada, pós-graduada em Gestão Estratégica Municipal e mestre em Direito Social e Políticas Públicas. Consultora da CNM.

Regulamentação do pacto fede

A complexidade de consolidar o pacto federativo pode ser medida pela quantidade de proposições em tramitação no Congresso Nacional que tratam, direta ou indiretamente, da relação entre os Entes federados. Trata-se da principal bandeira do movimento municipalista, a definição de competências e obrigações dos Municípios, dos Estados e da União com uma divisão financeira das receitas por

porcional às atribuições. É preciso considerar ainda a contrapartida técnica, haja vista as diferenças regionais e de níveis de formação do quadro de servidores.

Ao provar, diariamente, por meio de estudos, levantamentos e posicionamentos, a necessidade de se concretizar uma repartição mais justa, a CNM sensibiliza os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário municipal e federal da

relevância do debate e da urgência de mudanças. Entre as propostas que tramitam na Câmara e no Senado com impacto na administração local, a Confederação destaca as que vão ao encontro de um pacto mais próximo do ideal. Com a ressalva de que são rearranjos pontuais e que grandes reformas poderão resultar em uma mudança estrutural definitiva. As matérias tentam, de alguma forma, corrigir essas discrepâncias.

Plenário da Câmara

ISS – PLP 461/2017

Ao definir quem são os tomadores dos serviços e a forma de recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS), a proposta garante a desconcentração de receitas e torna o processo de recolhimento simples para contribuintes e fiscalizável para os Municípios.

Resíduos Sólidos – requerimento de urgência 2.524/2015 ao PL 2.289/2015

Há um pedido para tramitação célere do projeto que prorroga o prazo para a construção de aterros sanitários e encerramento dos lixões. Com o fim da data-limite, gestores estão sendo penalizados e a CNM luta por apoio financeiro e técnico da União e dos Estados e adiamento do prazo.

Lei Kandir – PLP 511/2018

A compensação financeira da União aos Estados e aos Municípios pelas perdas da desoneração de ICMS sobre exportações foi estabelecida

em Lei há 20 anos, mas nunca regulamentada. O projeto busca uma solução definitiva para os Entes prejudicados que receberam, nesse período, apenas 17,8% do total das perdas.

Piso do Magistério – recurso 108/2011 ao PL 3.776/2008

O recurso tenta garantir que o projeto que define o reajuste do piso do magistério pelo INPC não tenha parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara – ou seja, que haja um debate mais amplo. A Confederação defende a correção salarial pelo índice, de forma a garantir sustentabilidade financeira dos pagamentos.

ADI/ADC – PEC 253/2016

Permite que entidade de representação de Municípios de âmbito nacional possa propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) no STF. Atualmente, os Entes municipais ques-

tionam decisões do Executivo e do Legislativo que os afetam como amicus curiae (amigo da Corte) e não como autor da ação – prerrogativa que é dada à União e aos Estados.

Licitações – PL 6.814/2017

A atualização das leis que regem as contratações públicas é uma demanda dos gestores locais para mais eficiência e transparência nos processos. Entre as mudanças, estão a criação de um Sistema Eletrônico Nacional Integrado de contratos e licitações públicas e novos valores e modalidades.

Conselho de Gestão Fiscal – PL 3.744/2000

A luta para os Municípios acompanharem e participarem das decisões referentes à gestão fiscal e uniformização de procedimentos já dura 18 anos – desde a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Hoje, essa função está concentrada na Secretaria de Tesouro Nacional (STN).

Comissões da Câmara

Atualização Pnae – PL 2.505/2015 e Pnate PL 2.508/2015

As matérias propõem atualizar os programas nacionais de Alimentação Escolar (Pnae) e de Transporte Escolar (Pnate) pelo INPC, o que garantirá correção periódica e adequada dos repasses financeiros da União.

RPPS – PL 8.974/2017

O projeto busca corrigir os valores de compensação previdenciária

dos RPPS pelo mesmo critério que a União corrige as dívidas dos Municípios com o RGPS.

1% FPM – PEC 391/2017

O acréscimo de 1% no FPM do primeiro decêndio de setembro, mês que historicamente tem queda na arrecadação, é medida urgente para aliviar os cofres municipais. O mesmo já ocorre em dezembro e julho.

Comissões Senado

Uniforme e merenda – PLS 573/2015

São consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) as despesas com uniforme e merenda escolar, assegurando a disponibilização de recursos.

Atualização dos programas federais – PEC 66/2015

Uma das propostas mais importantes, no sentido de alcançar uniformidade entre as obrigações e as despesas, a PEC atualiza os valores dos programas de cooperação entre a União e os Municípios anualmente pelo índice oficial de inflação.

erativo será destaque em 2019

Outras pautas

Compõem ainda a lista de projetos prioritários para 2019:

Consórcios Públicos – Cauc PL 2.542/2015 e CLT PL 2.543/2015

No primeiro, fica estabelecido que as restrições serão relativas à própria Pessoa Jurídica do Consórcio, e não aos Municípios consorciados. E a segunda matéria traz a possibilidade de contratação de pessoal pelo regime celetista.

Consignado RPPS – PLP 11/2003

Permite a concessão de empréstimo a segurado ou beneficiário de regime próprio de previdência social.

Securitização – PLP 459/2017

Ao regulamentar a securitização da dívida pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a matéria abre possibilidade legal para uma espécie de venda com deságio dos direitos de receber uma dívida, tributária ou não.

Emendas ao Ploa – PEC 61/2015

Determina que o repasse das emendas parlamentares individuais ao Ploa ocorra por transferência direta aos Municípios.

Atualização IPTU – PLS 46/2016

Torna obrigatória a atualização da planta genérica de valores do IPTU.

Perda do cargo público – PLS 116/2017

Prevê a perda do cargo público em razão da insuficiência de desempenho. Além do parecer em Comissão, aguarda-se apreciação de requerimentos no Plenário que pedem oitiva de outros colegiados.

Crime de responsabilidade na omissão de envio da revisão salarial – PLS 228/2018

Tipifica como crime de responsabilidade a omissão do chefe do Poder Executivo em propor a revisão salarial anual dos agentes públicos. A CNM é contra a medida.

Questão constitucional

A Constituição de 1988 determina que a República Federativa é composta pela parceria indissolúvel de Estados, Municípios e Distrito Federal, o que, junto à União, configura a organização político-administrativa brasileira. Segundo a Carta magna, o pacto federativo é o conjunto de dispositivos constitucionais que ditam a moldura jurídica, as obrigações financeiras, a arrecadação de recurso e os campos de atuação dos Entes federados. Com a descentralização das responsabilidades e dos recursos, porém, o que se viu na prática, no decorrer dos anos, foi um desequilíbrio fiscal. Mais atribuições para os Entes subnacionais, especialmente os Municípios, em áreas como saúde e educação, sem o devido crescimento na arrecadação.

Fotografe a imagem
abaixo utilizando seu
smartphone para
saber mais:



INSTITUCIONAL

2018

Conquistas marcam ano para movimento municipalista

Recordar é viver, já dizia o pensador. E, para começar bem o novo ano, tão importante quanto planejar as prioridades é reconhecer as conquistas e os resultados obtidos. Diante do sentimento de gratidão e de luta, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, lembra os principais avanços e conquistas favoráveis aos governos municipais dos últimos 12 meses. Ele também destaca a importante participação da diretoria da Confederação, das entidades estaduais e microrregionais para esses resultados.

“Para melhorar o Brasil é preciso melhorar os Municípios”, disse o líder municipalista ao completar: “trabalhamos para melhorar a vida das pessoas, para consolidar municipalismo brasileiro como instrumento de defesa da população”. Ao comemorar sete meses de gestão, Aroldi enaltece, novamente, o trabalho do ex-presidente Paulo Ziulkoski à frente do movimento municipalista, que mudou os paradigmas e se manifestou em conquistas durante 2018 também.

Para este ano que está começando, a expectativa é encontrar novos caminhos e soluções,

juntamente com o novo governo e o novo Congresso Nacional. Com grande destaque para a regulamentação do pacto federativo, definindo com maior clareza as responsabilidades de cada um dos Entes federados; e para os problemas causados pelo excesso de programas federais, subfinanciados e sem instituição legal. “Cerca de 54%, o que significa mais 3 mil cidades, têm orçamento que depende majoritariamente do FPM [Fundo de Participação dos Municípios], e ainda precisam manter os programas de atendimento à população”, exemplifica.





- Prorrogação do prazo final para elaboração dos planos municipais de saneamento para dezembro de 2019 – Decreto 9.254/2017, que regulamenta a Lei 11.445/2007.
- Extensão para abril de 2019 da obrigatoriedade do Plano Municipal de Mobilidade – Medida Provisória (MP) 818/2018, que alterou trechos da Lei 12.587/2012.
- Divulgado o impacto da mudança nos coeficientes FPM para o exercício de 2018, em virtude das estimativas populacionais de 2017 divulgadas pelo IBGE. Estudo mostrou cenário de investimentos em saúde com o teto de gastos federais.



- Sancionada a matéria que trata do Apoio Financeiro aos Municípios (AFM) e que autoriza o repasse de R\$ 2 bilhões aos Entes locais.
- Medida Provisória 815/2017, do Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM), prevendo repasse de R\$ 1 bilhão do Ministério da Saúde e de R\$ 400 milhões do Desenvolvimento Social.
- Primeiros convênios com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para implantação do Programa Internet para Todos nos Municípios.
- Divulgado estudo sobre a crise dos Municípios brasileiros e as medidas adotadas pelas prefeituras para reduzir os impactos à população.
- CNM firma parceria com a Atricom e alinha pauta municipalista em encontro na Paraíba.



- Divulgada pesquisa sobre o carnaval, mostrando que muitos governos locais retiraram o apoio a festas.
- Ministro da Saúde, Ricardo Barros, participa de reunião do Conselho Político Ampliado na sede da CNM para debater os desafios enfrentados pelos Entes locais.
- Pesquisa inédita da CNM mostra a trajetória das mulheres prefeitas no Brasil.



- Sanção da Lei 13.655/2018, que incluiu dispositivos que objetivam elevar os níveis de segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (LINDB).
- Liberação do Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM).
- Aprovada maior compensação financeira para Municípios afetados por hidrelétricas.
- Projeto alterou a distribuição da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) entre União, Estados e Municípios, e aumentou em 20% a parte desses recursos destinada às administrações locais.
- Aumento de 20% no valor per capita do repasse referente ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate).



- Decreto 9.380/2018 permitiu os Municípios com Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) usarem para outras finalidades de saúde, sem ter de devolver os recursos recebidos.
- MMM passa a integrar a diretoria com direito à voz e ao voto nas definições políticas.
- Debate com candidatos à presidência da República com a assinatura de compromissos com os Municípios. O agora presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro, foi um dos participantes do evento.
- Resolução 11/2018 do Conselho Deliberativo do FNDE liberou o AFM da educação com os critérios para o repasse de R\$ 600 milhões aos cofres municipais.
- Posse da nova diretoria da CNM, eleita com um total de 1.991 votos, e sob a liderança do ex-prefeito de Saldanha Marinho (RS), Glademir Aroldi.
- Medida Provisória (MP) 818/2018 ampliou para 31 de dezembro de 2021 e abril de 2019 o prazo para as administrações locais elaborarem o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) e o de mobilidade urbana (PMUs), respectivamente.
- Dez novos estudos sobre questões municipais foram produzidos e divulgados; dentre os dados, um panorama das finanças municipais e uma radiografia do investimento público e das administrações locais.
- Deputado federal João Arruda (MDB-PR) considerou as contribuições da CNM no parecer dos projetos que trata da Nova Lei de Licitações.

- Decreto concedendo mais seis meses para os Municípios com Restos a Pagar (RAPs) – classificados como não processados ou não liquidados até 2016 – resolverem as pendências.
- Decreto 9.412/2018 atualiza valores da licitação. Os valores passaram de até R\$ 150 mil para até R\$ 330 mil para obras e serviços de engenharia, na modalidade convite; de R\$ 1,5 milhão para até R\$ 3,3 milhões na tomada de preços; e acima de R\$ 1,5 milhão para acima de R\$ 3,3 milhões na modalidade de concorrência.
- Nova parceria entre a CNM e a Atricom para que as demandas municipais avancem no Congresso Nacional e no Executivo.
- Divulgado estudo que mostrou que 231 Municípios têm mais eleitores do que habitantes.
- Equipe CNM alcançou a marca de 22 mil quilômetros percorridos levando o projeto Ação Municipalista ao interior do país.



- Primeira reunião do Conselho Político após a Marcha a Brasília define prioridades para segundo semestre.
- Congresso aprova projeto que autoriza consórcios públicos a contratarem operações de crédito externo e interno.
- Medida que prevê a criação do Conselho de Avaliação de Políticas Tributárias, com participação da CNM, é votada na CCJ.
- Licitações: decreto que atualiza valores das compras públicas começa a valer.
- Na imprensa, ganham destaques estudos da CNM que trazem curiosidades sobre os Municípios, como a frota de veículos e aqueles que possuem nomes de santos. Panorama da crise também repercute nacionalmente.

- CNM reúne lideranças políticas para avanço da Lei Kandir e leva demandas ao presidente da Câmara.
- Mobilização municipalista reforça pauta a autoridades dos três Poderes.
- No STF, Aroldi aponta urgência da regulamentação da Lei Kandir, e Fundef é pauta no TCU.
- Com Plenário lotado de gestores municipais, os membros da comissão especial aprovaram proposta que dá legitimidade jurídica aos Entes ao permitir que a entidade possa propor ADI e ADC.
- Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) realiza a segunda reunião do ano com a participação de lideranças femininas de várias regiões.
- Na XII Cumbre Hemisférica de Alcaldes y Gobiernos Locales, CNM apresenta boas práticas municipais.
- Imprensa repercute o posicionamento da CNM sobre a Lei Kandir e estudo sobre o gasto das prefeituras com combustíveis.
- CNM atualiza estudo após estimativa populacional do IBGE e este é amplamente divulgado.



- CNM é reconhecida pela gestão ética e transparente e recebe Prêmio Marco Maciel.
- Após três anos de espera, Receita libera inscrições para treinamento do ITR.
- Municipalistas latino-americanos se reúnem na Cumbre Hemisférica de Alcaldes y Gobiernos Locales.
- Jornais destacam dados da CNM sobre ganhos e perdas dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

- Em uma Mini Marcha, CNM recebe pela primeira vez um presidente da República e da Câmara dos Deputados em sua sede.
- Temer anuncia publicação de decreto regulamentando o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal (CRDPM) para o Encontro de Contas.
- Também são anunciadas regras para compensação previdenciária entre RGPS e RPPS dos Municípios e extensão do prazo de pagamento dos passivos atuarial dos atuais 35 anos para até 75 anos.
- Fundo Nacional de Saúde disponibiliza ferramenta que permite a consulta de saldo de contas correntes de fundos de Saúde.
- CCJ da Câmara aprova projeto que institui o Conselho de Gestão Fiscal (CGF) e dispõe sobre sua composição e forma de funcionamento.
- Governo federal assina edital do Programa Mais Médicos após decisão do governo de Cuba de romper acordo de cooperação.
- Ministério da Saúde regulamenta decreto que flexibiliza o uso de estruturas físicas do SUS com obras concluídas, mas sem funcionamento.
- Ministério das Cidades assina termo de cooperação com a CNM para auxiliar os gestores a elaborarem os planos de mobilidade urbana.
- Câmara aprova texto que mantém os coeficientes de distribuição do FPM de Municípios até que os dados para seu cálculo sejam atualizados em novo censo, previsto para 2020.
- Deputados instalam comissão especial que vai analisar PEC que disciplina a distribuição de recursos da União com 1% do FPM em setembro.
- Em reunião com presidente do STF, Dias Toffoli, foi sinalizado que ação que trata dos royalties deve ser pauta no primeiro semestre de 2019.
- Na imprensa, repercussão histórica para a CNM, com destaque à atuação da CNM no Programa Mais Médicos e na Mini Marcha.



- TRF4 acata entendimento da CNM sobre partilha dos recursos do IRRF em pagamentos realizados pela prestação de serviços por pessoas físicas ou jurídicas.
- Programa Bicicleta Brasil é sancionado com atuação da CNM, que garantiu veto a artigo que destinaria percentual arrecadado com multas de trânsito a ações do PBB.
- Lei Rouanet, leitos hospitalares e calamidades públicas ganham destaque nos jornais com base em estudos da CNM.



- CNM realiza Taller Internacional de Implementación de los Objetivos de Desarrollo Sostenible.
- Mais de R\$ 4,2 bilhões, do 1% do FPM de dezembro, entram nas contas.
- Na mídia, estudos sobre a terceirização e o Programa Minha Casa, Minha Vida ganham força.

Boas práticas

Projeto promove parcerias para melhoria da gestão

Em tempo de dificuldades enfrentadas na administração municipal, buscar parcerias públicas que possam oferecer informações técnicas, pesquisas e outras ações tem sido uma alternativa encontrada para prestar serviços públicos eficientes e melhorar o controle de gastos. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) firmaram uma parceria para fortalecer a capacidade dos Municípios em gestão por meio do conhecimento. A ação, denominada Projeto UniverCidades, tem o apoio da União Europeia.

O Projeto UniverCidades funciona com a participação de universidades públicas, e a sua atuação é segmentada em vários eixos. Um deles diz respeito à aproximação entre as universidades e a gestão municipal como forma de estabelecer uma conexão entre os dois. Em Minas Gerais, o destaque dessa ação é no Município de Carlos Chagas. Lá, a UFV foi a inspiradora do UniverCidades por ter um modelo de governança institucional dentro da instituição de ensino para atender a gestores e demais agentes municipais. Essa área é conhecida como Casa Municipalista.

É por meio do UniverCidades que a CNM incentiva, apoia e fomenta a aproximação entre universidades e gestão municipal para trabalhar em conjunto e aprimorar a capacidade do Município. No caso do Ente mineiro de Carlos Chagas, dentre as várias ações de cooperação com a UFV, algumas estão voltadas ao conceito de Cidades

Inteligentes, onde o uso da tecnologia vai permitir a eficácia no fluxo de dados municipais como forma de melhorar a vida da população com o uso da análise de dados e de outras tecnologias.

Inovação – Uma das ações em desenvolvimento no Município pretende oferecer economia, segurança e controle no transporte escolar. Nesse caso, a intenção da parceria entre a UFV e o Município mineiro é no sentido de desenvolver um aplicativo que possa auxiliar na prestação de serviços, bem como na gestão da manutenção dos ônibus.

O Projeto do Transporte Escolar consiste em ampliar o controle dos deslocamentos e do acesso dos alunos aos ônibus por meio de um aplicativo. Na prática, seria instalado um dispositivo no coletivo e os próprios alunos receberiam uma espécie de chaveiro com *chips* que disponibilizariam todas as informações dos estudantes do coletivo. “Essa tecnologia seria utilizada para o acesso dos alunos ao transporte escolar e permitiria aos pais monitorarem seus filhos. Dessa forma, eles iriam saber se seus filhos estariam indo à escola ou não”, explicou o prefeito de Carlos Chagas, Acássio Coutinho. Além do controle dos estudantes, essa iniciativa vai contribuir para o monitoramento de percursos e os gastos com a manutenção e com combustíveis dos ônibus escolares.



Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Catálogo

A CNM divulgou neste ano um levantamento de como as universidades públicas têm trabalhado para contribuir com a gestão nos Municípios. A Confederação publicou na biblioteca virtual do seu Portal um Catálogo que mostra os resultados do mapeamento de parcerias entre Centros de Ensino e Pesquisa e Municípios. O estudo aponta que cerca de 81 instituições de ensino possuem parcerias com cidades brasileiras.

O conteúdo foi produzido pela CNM em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (Forproex).

Boas Práticas

Projeto de reúso da água é destaque na imprensa

Reciclar esgoto é possível? Sim. É o que faz o Município de Afogados da Ingazeira (PE), por meio do projeto *Sistema de Reúso de Água*. A iniciativa nasceu a partir da necessidade de reduzir custos e aproveitar a água utilizada para irrigar a grama do estádio do time de futebol da cidade. Antes da implementação do sistema, o Município gastava por mês mais de R\$ 16 mil somente com a conta de água e acabava por utilizar água potável para essa atividade. O projeto foi destaque em reportagem do jornal Bom Dia Brasil.

O prefeito do Município e presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota, destaca que o projeto transforma esgoto em água boa para a irrigação. “O Município tem buscado trabalhar a questão da gestão ambiental em vários níveis. Por isso, temos buscado parcerias para fa-

zer o uso racional dos recursos”, explicou.

O Sistema Biológico de Efluentes é alimentado pelo esgoto produzido em 150 residências do Município. O esgoto vai para uma caixa misturadora, onde recebe adição de uma calda bacteriológica. Após esse tratamento, o esgoto, já sem contaminação, segue para um filtro de areia e brita, de onde é canalizado para o estádio da cidade. Dessa forma, são produzidos 100 mil litros de água de reúso por dia. O tratamento garante água rica em minerais e compostos orgânicos e mantém o gramado verde.



○ Internacional

Evento reforça importância dos gestores na implementação dos ODS

“Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS] só vão ser alcançados se nós tivermos a capacidade de chegar a cada um dos gestores locais”, disse o presidente da CNM, Glademir Aroldi, na abertura do *Taller Internacional de Implementación de los Objetivos de Desarrollo Sostenible*. Sediado pela CNM, o evento ocorreu nos dias 11 e 12 de dezembro e contou com a parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), da Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), da Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma) e da União Europeia.

Para Aroldi, o envolvimento dos gestores municipais é a chave mestra para conquistar os objetivos apresentados pela Agenda 2030 e para construir um país melhor. “A missão principal é fazer com que isso chegue a cada Município”, reforçou. Ele completou: “o nosso compromisso, o compromisso dos prefeitos, é com o Brasil, é ajudar a construir um país melhor”, ressaltou.

A representante da Secretaria de Relações Político-sociais da Presidência da República, Carmem Bueno, destacou o privilégio do Brasil de contar com o trabalho da CNM. Já o representante da Associação de Municípios Equatorianos (AME), Ramses Torres, aproveitou sua participação para ressaltar a importância de se trabalhar unido em busca do desenvolvimento dos ODS na América Latina. Por fim, a representante do Pnud, Ieva Lazareviciute, reforçou os avanços registrados nos três anos de existência da Agenda.



DEBATES

O evento contou com debates sobre como fazer avançar a implementação dos ODS. Entre os temas, foram abordadas questões como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis no mundo. A iniciativa também trouxe boas práticas relativas ao tema. O debate sobre Sensibilização e Comunicação da oficina Internacional de Implementação dos ODS foi um dos pontos altos do encontro.

Os participantes falaram, ainda, sobre a elaboração do plano de ação da Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) brasileiro. Incidência política e fortalecimento de capacidades, revelando as barreiras e as dificuldades na implementação de ODS pela administração pública brasileira.



Compras públicas: como tornar o processo mais moderno e eficiente

Foram três dias de intensos debates e troca de experiências, com corpo técnico altamente qualificado. O *I Fórum Nacional de Compras Públicas (FNCP)*, maior evento sobre o tema do país, reuniu órgãos governamentais da União, dos Estados e dos Municípios, Tribunais de Contas, empresas estatais e terceiro setor na sede da CNM, em Brasília. Realizado pela Rede Nacional de Compras Públicas (RNCP), o encontro atendeu a uma demanda sintetizada pelo presidente da CNM, Gládemir Aroldi, no discurso de abertura: “um momento em que buscamos políticas públicas de qualidade, visando à modernização, à eficiência e ao aprimoramento dos processos e dos modelos”.

A abertura ocorreu na segunda-feira, 3 de dezembro, e trouxe uma prévia do que seria apresentado na terça e na quarta-feira. Aroldi abriu

a cerimônia destacando a necessidade de qualificar a gestão e melhorar a governança. Em seguida, discursaram em defesa da Rede representantes das organizações parceiras – Sebrae, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Estado do Rio de Janeiro, Instituto Rui Barbosa, Controladoria-Geral da União (CGU) e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Para encerrar o primeiro dia, o professor de Legislação de Compras Públicas Steven Schooner, da George Washington University (Estados Unidos), ministrou aula magna. Segundo o acadêmico, é necessário avançar no modelo de elaboração de contratos, que antes privilegiava o

combate à corrupção por meio de critérios claros, como preço e forma de pagamento. A dinâmica atual, porém, exige análise de todo o ciclo de vida dos bens adquiridos, o que envolve conceitos mais complexos, como satisfação dos clientes, durabilidade e valor agregado.

Sobre os desafios para consolidar uma rede nacional, os participantes das mesas

apresentaram como soluções: a capacitação profissional dos agentes públicos, o emprego da tecnologia e a construção de modelos colaborativos em projetos. Eles deram como exemplos iniciativas na América Latina, Europa, EUA, Ásia e África.

Entre eles, a Argentina e o Canadá. E, também guiados por situações práticas, o ex-primeiro ministro do Peru Juan Mayor e a representante da ONU Meio Ambiente Regina Cavani mostraram como alcançar eficiência nos gastos públicos de maneira sustentável e socialmente responsável, reduzindo os índices de pobreza e desigualdade social.

Servidores da Advocacia-Geral da União (AGU) e dos Tribunais de Contas colaboraram com as discussões sobre os aspectos legais, e representantes do Executivo Federal e Estadual defenderam o uso de ferramentas tecnológicas. A participação da mulher foi tema de uma das palestras.



“A América Latina gasta 60% a mais do que outras regiões do mundo em obras de infraestrutura devido a deficiências nos sistemas de compras públicas, que fazem com que os governos destinem em média 4% de seus PIB às aquisições”, Juan Mayor, ex-primeiro ministro do Peru.

Serviço: Conheça e participe

A Rede Nacional de Compras Públicas reúne as instituições e suas unidades de compras no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de todos os poderes, empresas estatais, terceiro setor e organismos internacionais que fomentam a modernização de compras públicas. A CNM é parceria da RNCP e incentiva a participação da gestão municipal. Saiba mais em www.compraspublicasbrasil.gov.br.

Gleisson Rubin, ministro substituto do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: “Mais do que alcançar melhor preço, a compra tem de ter compromisso com a qualidade e o alcance de resultados. E nosso país não pode só viver de boas práticas. Precisamos fazer de experiências pontuais a regra prática. É necessário que ela seja comum”.

Bruno Quick, gerente de Políticas Públicas do Sebrae: “Temos centenas de cadastros e portais, e precisamos de política nacional. O empresário tem de identificar oportunidades e participar dessa prosperidade, inovar. Ele pode contribuir para a eficiência e economicidade. Há espaço para promover trabalho e renda”.

Felix Prieto, do BID: “Melhora o gasto público, melhora a transparência, a confiança e a governabilidade, o que resulta em mais investimentos em outras áreas de maior necessidade. E eficiência não necessariamente vai no sentido de maior rigidez”.

Ivan Lelis Bonilha, Instituto Rui Barbosa: “O administrador precisa saber qual resultado se espera com a compra ou a contratação. Quando se foca em resultados, você opera contra corrupção, desperdício e incompetência. O gestor público nunca pode perder de vista o objetivo com o qual ele começou determinado projeto”.

Marcos Pacheco, subsecretário de Logística e Patrimônio do Estado do Rio de Janeiro: “Desperdiçamos recursos diariamente que poderiam ser economizados se houvesse mais sinergia e compartilhamento de ferramentas e soluções. A insegurança jurídica aflige os servidores, temos de buscar conformação e evitar desníveis”.

Walmir Gomes Dias, diretor da CGU: “Nossa busca é contribuir para que os gestores tenham mais ferramentas para trabalhar, sem impedir que políticas públicas sejam efetivas e entreguem resultados positivos para a sociedade. As compras públicas não são fins em si mesmo, mas são por meio delas que as políticas são realizadas”.

Nota em que a CNM esclarece informações divulgadas pela imprensa sobre proposição aprovada pelo Congresso que altera normas relativas à Lei de Responsabilidade Fiscal foi publicada no *Valor Econômico*, na *Folha de S.Paulo* e em diversos outros veículos.

Cerca de 1,4 mil prefeituras terão dificuldade para equilibrar as contas no fim deste ano, segundo levantamento feito pela Confederação Nacional dos Municípios (via **Economia Estadão**) #estadão

Em crise, um terço dos municípios deve fechar o ano com contas no vermelho

feitura interrompe o projeto estimado em R\$ 1,35 mil que seria custeado com verba própria da escola.

Eventos

A Marcha deste ano será de 8 a 11 de abril, faça já sua inscrição!

Atenção! Este ano a *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* será de 8 a 11 de abril. Como o encontro ocorreu em maio, nos últimos anos, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) recomenda que os gestores não deixem para confirmar participação na última hora. O formulário de inscrição on-line já está disponível e, quanto mais cedo prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e demais gestores locais confirmarem presença, maior a possibilidade de reduzir o valor investido no encontro, que é o grande marco anual do municipalismo brasileiro.

“É o maior evento de autoridades municipalistas e é um momento de apresentar a nossa pauta para o Executivo, o Legislativo e o Judiciário”, reforça o presidente da CNM, Glademir Aroldi, que está comemorando um ano de gestão à frente da entidade nacional. Para a XXII edição, Aroldi conta com o trabalho dos representantes das entidades estaduais e microrregionais a fim de que o evento, novamente, apresente grandes conquistas e resulte em melhorias para a população brasileira. Sentimento demonstrado, inclusive, no tema do encontro – *Unidos pela Brasil*.

A expectativa dos organizadores é receber os representantes do novo governo federal – que estará comemorando 100 dias de atuação – para debater a pauta prioritária do movimento municipalista. Também é esperada uma presença maciça de deputados e senadores; e, já que houve uma renovação histórica do Parlamento, a programação da Marcha viabilizará importantes encaminhamentos, inclusive na discussão a respeito da regulamentação do pacto federativo.

“Serão quatro dias de evento com líderes locais de todo o país. É um momento importante para estreitar os laços com os gestores federais e, gradualmente, corrigir as imperfeições de nossa Federação” reforça o presidente da CNM. Ele pondera, ainda: “é preciso pensar e aproveitar este tempo para influenciar o futuro da Nação. Todo mundo tem influência, sem ex-

ceções”. Além disso, é a oportunidade de o gestor exercer essa influência e promover as melhorias necessárias para que o dia a dia do seu Município seja melhor para cada munícipe.

Inscrição

A XXII Marcha será no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), localizado no SCES Trecho 2, em Brasília (DF). Após o preenchimento do formulário de inscrição disponível na internet, os gestores devem efetuar o pagamento do boleto bancário para garantir a participação. Essa inscrição será homologada, automaticamente, após a confirmação do pagamento do boleto, o que evitará a permanência em longas filas e facilitará o acesso dos participantes às atividades. Confira o valor do investimento e faça já sua inscrição!



VALOR DA INSCRIÇÃO ATÉ 22/3/2019

	Municípios Contribuintes	Municípios Não Contribuintes
Prefeito	isento	R\$ 3 mil
Vereador	R\$ 350	R\$ 2 mil
Vice-prefeito e secretários	R\$ 350	R\$ 2 mil
Demais participantes		R\$ 2,3 mil



XXII de 8 a 11 de abril de 2019
MARCHA
 A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

#EuSoua
 Marcha

**INSCRIÇÕES
 ABERTAS**
 com desconto no site

www.marcha.cnm.org.br